

Educação Brasileira: Erros e Perspectivas

Arnaldo Niskier

Academia Brasileira de Letras

Desde 20 de dezembro de 1996 temos a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com os seus 92 artigos definidores dos rumos que devemos tomar, para assegurar um ensino de bom nível.

De acordo com a LDB, a educação básica é entendida pela educação infantil e os ensinos fundamental e médio. Em outra etapa, o ensino superior. Só que na realidade uma modalidade depende sempre da anterior. É visível, no ensino superior, os alunos que não tiveram uma efetiva alfabetização.

A necessidade de expansão da educação infantil é cada vez maior, pois, nas últimas décadas, a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias têm mostrado à sociedade a importân-

cia das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação infantil institucionalizada.

Por enquanto, o atendimento às crianças de zero a seis anos, em creches e pré-escolas é apenas uma determinação constitucional, e o que seria um dever do Estado e um direito da criança está muito longe de acontecer, nos números adequados.

O ideal seria termos ampliado a rede de educação infantil. Enquanto isso não é possível, já nos contentaríamos se toda criança brasileira, antes de ingressar no ensino fundamental, tivesse um atendimento de pré-escola, isto é, pudesse ter suas habilidades motoras, emocionais e intelectuais trabalhadas para prepará-la a aprender a ler e a escrever. Isto não é tão difícil assim, bastando que os professores do ensino fundamental, responsáveis por turmas de 1ª série, fossem capacitados, através de cursos ou treinamento em serviço, a respeito das peculiaridades da educação infantil.

Sob o ponto de vista quantitativo, a educação fundamental é a que apresenta o melhor comportamento. Tem o seu atendimento praticamente universalizado, com 55 milhões de alunos.

O problema está na qualidade, com professores desmotivados e com uma precária formação, além de perceberem salários incompatíveis com a dignidade humana. São 200 mil escolas e 1,2 milhão de professores, no sistema, padecendo dessa precariedade. No governo Fernando Henrique Cardoso surgiu o Fundef, criado pelo MEC, com a finalidade de melhorar a remuneração de professores e especialistas, entretanto, registraram-se diversas irregularidades na contabilização dos alunos das redes públicas. Prefeitos mentiram nas estatísticas, para receber maiores recursos, o que caracterizou um grande

estelionato pedagógico. Hoje temos o Fundeb, que foi uma recriação do fundo anterior, abrangendo o atendimento à educação básica.

A missão maior do ensino fundamental é, sem dúvida, “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (item I artigo 32 da Lei nº 9.394/96).

A história da educação no nosso País não tem registrado grandes êxitos e constantes questionamentos ocupam e preocupam os educadores brasileiros. Ocupamos, hoje, segundo o *ranking* da UNESCO, o 71º em qualidade de educação, entre 121 países.

A era em que vivemos é marcada pela competição, pela excelência que os progressos científicos e os avanços tecnológicos impõem ao mundo, tornando o mercado de trabalho mais exigente para todos que nele pretendam ingressar.

O artigo 26 da LDB, através dos seus diferentes parágrafos, determina que nos currículos do ensino fundamental sejam, obrigatoriamente, abordados:

- o estudo da Língua Portuguesa;
- a Matemática;
- o conhecimento do mundo físico e natural;
- a realidade social e política;
- o ensino da arte;
- a Educação Física e
- o ensino da História do Brasil.

Seria arriscar-se a uma injustiça nomear os padrinhos dos nossos diversos graus de ensino. Mas uma coisa é certa: sobrava razão a Anísio Teixeira quando afirmava que o “nosso ensino médio é inteiramente órfão.” De lá para cá, ou seja, da década de 1950 até os nossos dias não há como escolher este ou aquele educador que tenha se debruçado com ênfase sobre o nível intermediário. Ao contrário, seria mais fácil dar o título de “inimigo” a uma ou outra autoridade que só fez complicar o andamento dessa etapa de ensino.

Enquanto tivemos a divisão entre clássico e científico, até que havia uma certa unidade no ensino médio. Os alunos, de acordo com a sua escolha, ligada à vocação, preferiam os cursos que conduziam às ciências humanas (Direito, Pedagogia, Letras) ou ao desenvolvimento científico e tecnológico (Engenharia, Medicina, Ciências Biológicas). Com o nascimento em parto artificial do 2º grau, a pretexto de valorizar-se a educação profissionalizante (Lei nº 5.692/71), implantou-se uma “bagunça homérica” no sistema escolar, sob a batuta de um MEC totalmente atordoado.

Alguns têm dificuldade de explicar a diferença entre os técnicos e os tecnólogos. Outros sabem que estes últimos são formados em nível superior, em cursos de curta duração (hoje, uma grande atração para os jovens sem paciência de frequentar cursos mais longos). Mas, robusteceu-se a dúvida: os técnicos são formados em três anos, junto com o ensino médio, ou dependem de um ano adicional? O que verdadeiramente se passa com os egressos dos CEFETs? Eles viram um misto de ensino médio e superior?

A sociedade brasileira ainda tem o ranço da Constituinte de 1937 (Estado Novo). Getúlio Vargas assinou um artigo afirmando que “o ensino técnico-profissional seria destinado às classes menos favore-

cidas.” Nada melhor para justificar a discriminação, de que não nos livramos até hoje. Cresce a nossa industrialização e o setor de serviços tem o reforço da computação quase desenfreada. Como criar os recursos humanos adequados para enfrentar esses novos tempos? É claro que ninguém é contra o progresso, mas há uma imensa falha quando a escola deve responder às necessidades do atual mercado de trabalho, oferecendo pessoas de competência no nível intermediário.

Deparamo-nos com um enorme desafio: que a educação está doente, não há dúvida. Os remédios é que são complicados, muitos deles não disponíveis na praça. São 55 milhões de alunos. Essa situação foi analisada profundamente no 7º Fórum Nacional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

Perfeitamente compreensível a preocupação dos gestores do ensino superior. A continuar a decadência do ensino médio, como ficará o ensino superior?

Foram 17 pronunciamentos, envolvendo especialistas do MEC, reitores e diretores de escolas superiores privadas e, no final, um discurso muito aplaudido feito pelo ministro do STF, professor Carlos Ayres de Brito. Ele deu novo ânimo ao setor, em palavras poéticas, mostrando que, com muita bravura, será possível encontrar as soluções adequadas. “Usem a coragem, pois é uma palavra oriunda do francês e que tem o prefixo latino *cor*, coração. Com bons sentimentos iremos ultrapassar a crise.”

Mas, até chegar lá existe uma longa caminhada, e muitos desencontros assinalados, como a ingerência exagerada dos meios oficiais.

Depois da LDB, foram assinados 1.531 atos reguladores do Ensino Superior, entre os quais 535 Portarias e 368 Resoluções. A vida de cada um desses documentos costuma ser brevíssima, até porque muitos deles chegam a agredir dispositivos legais de mais alta hierarquia. Não há palavra para designar tamanho caos.

No mundo desenvolvido, esse tipo de problema não existe. Há uma boa oferta de empregos no nível pré-universitário, como vimos na Coréia do Sul e no Estado de Israel. De todos os que frequentam o ensino médio apenas 1/3 sobe ao nível superior, ficando os demais 2/3 amparados por boas e bem pagas oportunidades. Aqui é que se inventou a teoria de que sem o diploma de nível superior o indivíduo não é ninguém. Prefere-se o formado, mesmo que sem emprego.

É preciso promover uma profunda reforma no ensino médio, colocar ordem na sua seriação e na formação dos seus especialistas. Estes conectados ao processo de desenvolvimento econômico e social do País, para que haja maior proveito desse grande investimento que, bem ou mal, está sendo pago pela sociedade brasileira.

A expansão do Ensino Superior Privado sofre um nítido processo de estagnação. Se houver este ano um crescimento de 5% será muito. Como não há estoque de alunos do ensino médio com capacidade financeira para enfrentar a mensalidade média de R\$ 425,00, a crise está colocada. O MEC deve abrandar os seus atos regulatórios, assim como o setor, em regime de comunhão de esforços, precisa encontrar meios financeiros de saldar suas enormes dívidas, sobretudo com o INSS. Por que não se pensar num sistema de troca de dívidas por bolsas de estudo, ampliando as oportunidades oferecidas pelo Prouni, hoje limitadas a cerca de 300 mil alunos? Estima-se que poderiam ser atendidos 1 milhão e 500 mil jovens entre 18 e 24 anos de idade se algo fosse feito nesse sentido.

Outro aspecto ainda não explorado refere-se às virtualidades dos fundos de pensão, hoje detentores de 18% do nosso Produto Interno Bruto. Como são entidades de direito privado, que operam com investimentos a longo prazo, poderiam ser criadas condições para que os seus próprios participantes (hoje, mais de 2 milhões) tenham o direito de matricular os seus dependentes, com um sistema factível e inteligente de financiamento junto às entidades privadas de educação.

Para alguns dirigentes de instituições de ensino superior não existe somente uma crise. O caso é mais sério e poderia ser configurado como “apocalipse pedagógico” ou algo parecido com “à beira do abismo”. O certo é que a estagnação está prevista para durar até 2010, tornando irreal a meta do curioso Plano Nacional de Educação, que prevê para aquele ano algo em torno de 8 milhões de estudantes no nível superior. Do jeito que as coisas estão, não chegaremos sequer a 7 milhões.

O quadro é trágico pelo seguinte motivo: as classes A e B estão na escola; as classes C e D somente podem pagar mensalidades de, no máximo, R\$ 180,00, o que torna impraticável a oferta de bom ensino. Os professores teriam aviltados ainda mais os seus salários. Onde ficaria a qualidade do ensino? E a tão decantada pesquisa?

Aliás, questiona-se muito o dispositivo constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. É preciso existir uma compreensão mais ampla de cada uma dessas vertentes, como é o caso de entender a extensão como algo ligado ao trabalho de pesquisa. Uma é variável dependente da outra.

Defende-se, como pontos luminosos, uma aplicação mais adequada de metodologia do ensino à distância. Grandes países do mundo

O grevismo a serviço do atraso – Assembleias Minúsculas ou Inexistentes Decretam a Paralisação do Ensino Superior

Silberto Faim
jornalista

O movimento grevista que se prolongou por cento e doze dias, de fins de agosto a 19 de dezembro de 2005, teve ostensivo caráter político e importou na perda de um semestre para grande número de estudantes. Essa paralisação da maior parte das universidades públicas federais suscita o debate de medidas que protejam a sociedade contra danos dessa natureza, à semelhança do que fez a primeira-ministra Margaret Thatcher ao coibir o grevismo que estava conduzindo a Grã-Bretanha a um desastre econômico e social. Nenhum país democrático pode admitir que a vontade de um punhado de ativistas políticos se sobreponha a interesses vitais da sociedade, com o desencadeamento sistemático de greves de cunho político, que chega às raias da insanidade.

Ex-professor da Escola Interamericana de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas/Rio

desenvolvido estão fazendo a mescla do presencial com o ensino à distância, com grande proveito. O Brasil já tem em operação cursos que abrigam 380 mil estudantes na modalidade, o que é um bom sintoma, a ser estimulado pelas autoridades, como os membros do Conselho Nacional de Educação. A Inglaterra funciona assim desde 1972. Os EUA agora se entusiasmasam pela ideia.

Qual o melhor caminho? A resposta é complexa. As vagas cresceram mais do que a demanda. Hoje, temos 4 milhões de estudantes do nível superior. Desse total, somente cerca de 650 mil estão frequentando gratuitamente as escolas oficiais. Cada aluno custa aos cofres públicos cerca de 11 mil reais (o preço de um estudante da educação básica é 2 mil reais). É preciso contrabalançar esses dados, sabido que a maior prioridade nacional situa-se nos primeiros graus de ensino, onde estudam mais de 50 milhões de pessoas. Precisamos urgentemente de novas técnicas de gestão empresarial. Essa é a verdade.

Palestra pronunciada em 13 de dezembro de 2005.